

Mito e a Narrativa da Estrutura Familiar Inconsciente: Sobre o tempo, o nascimento e a morte presentificados¹

Myth and the Narrative of the Unconscious Familiar Structure: On the brought up to date of the time, the birth and the death

Renata Maria Dotta Panichi²

“O mythos é o noturno dizer de dentro, e o dizer de dentro, que é mistério, só se aprende pela sensibilidade” (Sousa, 1988, p.1).

...“Todo mito é uma procura do tempo perdido” (Lévi-Strauss, p.236).

“Mitos são histórias universais e atemporais que moldam e espelham nossas vidas – exploram nossos desejos, nossos medos, nossas esperanças. São narrativas que refletem a condição humana e nos ajudam a compreender quem somos” (Armstrong, 2005).

Resumo: Este estudo apresenta uma breve revisão sobre o mito familiar e suas bases de repetição e transmissão na história transgeracional, evidenciando seus conceitos e características. Discute o papel estruturante do mito e sua importância na teoria e técnica psicanalítica vincular, bem como as posições teóricas sobre o modo de suas abordagens nos tratamentos, destacando as funções do mito e suas manifestações em *verdadeiro mito* ou *pseudomito*. Ainda, aborda as características do mito em diferentes estruturas familiares inconscientes; famílias ditas ‘neuróticas’ e ‘psicóticas’.

Summary: This study presents a brief review on the familiar myth and its bases of repetition and transmission in transgenerational history, showing its concepts and characteristics. It deals with the structured role of the myth and its importance in the vincular psychoanalytic theory and technique, as well as the theoretical positions of its approaches in the treatments. The author also emphasizes the functions of the myth and its manifestations in true myth or pseudomyth. This article also presents the characteristics of the myth in different unconscious familiar structures; families ‘psychotics and neurotics’.

Descritores: recusa, repúdio, nome do pai, representação e coisa-em-si.

Keywords: refuses, repudiation, name of the father, representation and thing-in-itself.

¹ Trabalho realizado no Curso de Formação em Psicanálise dos Vínculos - CIPT em 2005, Porto Alegre.

² Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica - PUCRS, membro Efetivo e Editora da Revista Contemporânea - CIPT.

É consenso que o mito é de difícil conceptualização (Eiguer, 1991; Falcke e Wagner, 2005; Pincus e Dare, 1981; Prado, 1991; Sousa, 1995 e Vilhena, 1991). Em sentido amplo, pode ser entendido como um sistema explicativo dos mais diferentes fenômenos da vida, uma espécie de teoria explicativa das origens, desde a origem do mundo, do homem e da família, até as transições do ciclo vital como o nascimento - de onde viemos - o casamento e a morte - para onde vamos - (Miermont, 1994). Para Armstrong (2005), os homens passaram a criar mitos quando adquiriram consciência de sua mortalidade - ainda no Paleolítico - de maneira que dizem algo para além das palavras, para o que não temos palavras, ou seja, do desconhecido ou do não representado, numa busca constante dos grupos em armar ligações psíquicas, representações. Guimarães Rosa (in Azevedo, 2004, p.67) nos diz o mesmo pelo viés da literatura:

“O mito é esta malha tecida para capturar o indizível”.

O mito, então, fornece a consciência crítica, reveste os vazios (Schüler, 1994), origina-se sobre a falta ou escassez de dados ou explicações plausíveis (Angelo e Andolfi, 1989); trata-se de relatos encobridores (Rojas, 1981) e, ao mesmo tempo, via de acesso a verdades inconscientes (Barthes, 1981). Nessa mesma perspectiva, Rojas (1991), acrescenta que, no atendimento com famílias, o relato histórico-mítico é o único ao qual podemos ter acesso, uma vez que o fato real, é irrecuperável. Esses relatos tratam de uma história sem autor, mostrando uma trama de discurso em que todos os membros da família estão incluídos (Berenstein, 1988; Rojas, 1991 e Eiguer, 1991). Assim, mesmo na nova história construída em análise, sempre incompleta e interminável, reside a verdade que nunca deixa de ser por completa mítica (Rojas, 1991). No mito, portanto, *origem* e *fim* se aproximam; isto indica, conforme Rojas (1991), que a história construída pela família é este relato onde *presente*, *passado* e *futuro* confluem, presentificando um passado do qual o terapeuta só terá alcance por meio desta fantasia familiar.

Do mesmo modo, Sousa (1995), Schüler (2004, 1994) e Lévi-Strauss (1996) destacam na característica de *atemporalidade* e *repetição* do mito, aspectos que nos auxiliam teórica e tecnicamente no atendimento e entendimento das famílias. Lévi-Strauss (1996) designa uma estrutura do mito que tende a se perpetuar e se manter, mesmo a partir de diferentes fontes narrativas, formando a estrutura permanente que nos transmite a idéia de repetição. Já Sousa (1995), em linguagem mais poética, exemplifica a noção de *atemporalidade* referindo que:

“Voltar ao antigo é envolver-se na mais ilusória de todas as ilusões”.

Eis que, nesta volta sempre se encontra uma essencial característica da atualidade. Isso quer dizer, para o autor, que o atual se *apresenta* como decisivo, pois é determinante da história, e é determinado pelo mito; de forma que o atual é verdadeiramente o que vale, quer para o histórico, quer para o mítico.

Esses autores enfatizam a importância do mito na história. Para Sousa (1995), o mito é a matriz da história, o condutor da história, de forma que a história está a mercê do mito. Fazendo-se essa leitura, fica mais clara a importância do relato da família de sua problemática atual para a teoria e técnica psicanalítica vincular. Ainda, podemos supor que, uma vez que em Freud, a *passagem do tempo* está ligada a estruturas do pré-consciente e consciente e a *atemporalidade* está associada ao sistema inconsciente, os mitos familiares poderiam estar bastante relacionados às formações da estrutura inconsciente das relações familiares.

Schüler (2004, p.8) não nos deixa esperanças:

“Da origem não se foge. A origem é aqui e agora, presente, apavorante. O espetáculo, leva a pensar. Segurança não há; o que foi um dia continua sendo”.

E nos auxilia a pensar sobre a função da terapia vincular como método terapêutico:

“Sempre que refletimos sobre o passado, nós o recriamos. Desde que somos históricos, cada modificação presente se reflete na série inteira” (Schüler, 1994, p.14).

Ainda Azevedo (2004, p.70) acrescenta que:

“Somente assim... ..a Esfinge continuará reeditando enigmas, os quais por mais que sejam decifrados, continuarão sempre a nos confrontar com sua dimensão de indecifrável real, com o real da diferença sexual, da reprodução, da vida e da morte”.

É nessa perspectiva que propomos pensar o mito: Como função estruturante do grupo familiar, sendo definido como atividade produtora e simbolizante, carregada de significado especial (Vilhena, 1991). A terapia vincular é o espaço no qual o terapeuta, através das fantasias atuais emergentes no grupo familiar, busca auxiliar a família a decifrar, escrever e ou reescrever suas mitologias, sempre de forma incompleta e interminável.

Mito: Funções e suas manifestações na Estrutura Familiar Inconsciente

“Nós vivemos a temer o futuro: mas é o passado que nos atropela e mata”(Quintana, 1979, p. 44).

O mito como condutor das histórias familiares é um organizador do grupo familiar, delimitando, atribuindo tipos de comportamentos desejáveis dos membros familiares; quais são aceitáveis e quais são proibidos, tabus (Falcke e Wagner, 2005). Da mesma forma, diz Armstrong (2005, p.9):

“O mito não é uma história que nos contam por contar – ele mostra como devemos nos comportar”.

Sendo assim, podemos encontrar vestígios e reminiscências dos mitos na escolha dos nomes próprios, na organização do espaço e do tempo familiar, elementos que formam a estrutura familiar inconsciente, bem como a sua transmissão através dos costumes, hábitos compartilhados e dos ritos familiares. Podemos pensar, então, que o mito implica numa regra implícita, determinando condutas e respostas da família, como um conjunto de crenças partilhadas por todos os membros, com aceitação ampla, por gerações sucessivas (Berenstein, 1988; Eiguer 1991; Pincus e Dare, 1981 e Rodulfo, 1990). A fantasia irá, portanto, corresponder às exigências defensivas do mito familiar, não devendo ser apenas compartilhada, mas devendo ser parte da fantasmática grupal, implicando a racionalização comum a todos os seus membros, construindo uma mitologia comum maior que a soma das fantasias individuais (Vilhena, 1991).

Para Eiguer (1991), Gonzalez (1991) e Rojas (1991), os mitos – expressos, realizados através das fantasias - tanto podem se constituir como processo defensivo, a fim de negar ou resistir a realidades penosas e complexas, servindo para regular o equilíbrio homeostático da família, denominando-se *defesa* como, por outro lado, podem servir como via para simbolizar o não representado, formando o *corpo de discurso mítico estruturante do aparelho psíquico familiar* demarcando a forma como a família se processa e se pensa (Rojas, 1991 e Vilhena, 1991). Esta produção do aparelho psíquico grupal, nas famílias razoavelmente saudáveis, com estrutura ‘neurótica’, elabora uma imagem interiorizada, comum ao grupo, que comporta mitos claros e fluidos, tendo a função de transpor e simbolizar a realidade sem travesti-la ou distorcê-la em demasia (Vilhena, 1991).

Logo, pode-se pensar, que a função do mito nas famílias pode estar relacionada a maiores ou menores níveis de saúde, flexibilidade e plasticidade no funcionamento familiar.

Assim, quanto menos o sistema tolerar trocas exogâmicas, ou seja, quanto mais fechado, rígido e constituído por vínculos narcísicos, menos este aparelho psíquico familiar terá recursos de representabilidade (Rojas, 1991 e Vilhena, 1991). Estes sistemas familiares não permitem, portanto, a *transformação do rito em mito* (Machado, 1992); ou seja, a *passagem do ato ao pensamento*.

Nestas famílias em que não há espaço para o novo, para o diferente, também não há lugar para representar o que não é conhecido, ficando mal-construído o seu sistema representacional, pela sua incapacidade de tolerar incertezas, mistérios, dúvidas, já que, a priori, emite a mensagem de que “já se sabe”. Como, então, pensar as formulações míticas em famílias com estruturação narcísica, as quais são regidas por defesas da ordem da recusa e do repúdio?

A propósito, para Lacan, essas estruturas têm faltante a instauração do significante fundante do nome do pai, ou seja, da interdição da lei, que instauraria o mundo simbólico, havendo, portanto, falha na capacidade de representação e simbolização e, em conseqüência, na construção de um discurso mítico. O que ocorre nestas famílias, então, é a busca ritual pelo

reencontro com o objeto perdido mítico, imaginário, irreal, fantasioso, inalcançável e não a sua renúncia, que permitiria o acesso ao simbólico.

No entendimento de Rojas (1991), nesses casos a inter-fantasmática emerge como tentativa de restabelecer uma suposta unidade idealizada que alguma vez, num tempo mítico, a família foi. O não existido é miticamente ou ilusoriamente construído como um haver existido e busca-se sua repetição. Isto alude à tendência de retornar a um vínculo de total fusão e amparo, ligado ao narcisismo primário e ao processo primário. Nestas modalidades citadas, o tempo se detém congelado, sustentando a posição narcísica que protege a família do enfrentamento com as diferenças, a morte, a transitoriedade. Não se constitui como história passada ou historicidade, havendo pontos do discurso com alto grau de certeza e irracionalidade, que estão a serviço de evitar a manifestação do conflito e a produção de novas e diferentes significações (Rojas, 1991 e Vilhena, 1991).

Para Vilhena (1991), nas famílias de estrutura psicótica, os mitos servem apenas a mecanismos defensivos: Ritual mental muito rígido que perdeu seu sentido e que se impõe ao grupo às expensas de fantasias individuais e da autonomia dos aparelhos psíquicos. Esta representação comum única corresponde a um mecanismo homeostático que reforça os papéis desempenhados por cada um, negando-se o conflito. A crença num mito familiar reforça o sentimento de pertença a este grupo, mas, recusá-lo, significa renunciar ao amor familiar. Com uma vida desprovida da possibilidade de fantasiar, os mitos familiares geradores de patologias são, na verdade, “*pseudomitos*”, pois perderam sua característica estruturante e de simbolização das fantasias primitivas. É justamente nessas famílias, cuja estrutura familiar inconsciente é psicótica, caracterizada pela fusão e indiscriminação, a diferença não é tolerada e cada membro parece ter seu destino selado de forma rígida e inquestionável. Tal “*destino*” relaciona-se com o mito da família, que não tolera a produção individual. Algo não pode ser pensado e a identificação projetiva maciça garante a expulsão dos pensamentos – via forclusão (Prado, 1991) ou desmentida. Segundo Vilhena (1991), o delírio, nas famílias psicóticas, aparece como tentativa de introdução, na história fria, lógica e operatória, de uma dimensão mítica, fantasmática, cujo percurso foi marcado por esta falta.

Para Penot (1992), a potencialidade traumática não depende tanto das qualidades inerentes da representação (sua pretensa toxicidade) ou do conteúdo deste imaginário familiar, que seria suscetível de comportar por si um efeito patogênico sobre as próximas gerações. É antes o fracasso da família em fazer um mito verdadeiro; isto é, um corpo de discurso (termo grego *mûthos* significa – palavra, discurso). O traumático, patogênico é, sobretudo, o fato desta representação não ter podido se ligar psiquicamente no universo mental da família (Penot, 1992). No entanto, esta última condição exige, por parte da geração parental, a capacidade de significar isto que é transmitido como não representado ou não-dito. Assim, Penot (1992) destaca algumas considerações sobre a técnica no trabalho com famílias, devendo o terapeuta ressuscitar sobretudo os dados originários, mais ou menos dispersos na incoerência ou presos no amor-próprio parental ferido, em vez de denunciar a pretendida toxicidade relacional. Esse autor evidencia o erro da prática que consistiria em perseguir como nocivos os fragmentos míticos que, bem ou mal, existem em

uma família, uma vez que esta sofre de uma carência no estabelecimento de um discurso mítico simbolizante.

Considerações finais

Mudança, para melhor ou para pior, sempre demanda coragem. Abandonar velhas idéias que, em geral nos trazem a confortável sensação de segurança e controle, não é nada fácil (Gleiser, 1997, p.254).

Pensamos como importante ressaltar a noção de que o mito, tal como a “coisa em si” (*das Ding*) é inalcançável, dado que, em verdade é, e as origens nunca de fato alcançamos. Considerando-se este aspecto, somente poderemos nos aproximar do mito na família através da fantasia compartilhada ou da trama inter-fanstasmática sendo esta, portanto, a forma ‘*metafórica*’ de se falar do mito e não do ‘*mito em si*’. Concluimos novamente com Sousa (1995, p.63), a fim de não perder a dimensão reflexiva e enigmática do tema em questão:

Não queiramos nós dizer o de que um mito nos fala, sem escutarmos tudo o que ele tem a dizer.

... Pois só bem fala o que bem escutou.

Por fim, acreditamos, como propõe Lankilevich (2001), que não devemos buscar certezas nas análises de nossos pacientes, uma vez que variações não podem acontecer quando “já se sabe”.

Referências bibliográficas

- ANGELO, M.; ANDOLFI, C. Tempo e mito em psicoterapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARMSTRONG, K. Breve história do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- AZEVEDO, A. V. Mito e psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BARTHES, R. Mitologias. Rio de Janeiro: Difel, 1981.
- BERENSTEIN, I. Família e doença mental. São Paulo: Escuta, 1988.
- EIGUER. O parentesco fantasmático. 1991
- FALCKE, D. & WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. Em: A. Wagner (org.). Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.25-46.
- GLEISER, M. A dança do universo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GONZÁLEZ, R. Manual de orientación y terapia familiar. Madrid: Instituto de Ciencias del Hombre, 1991.

IANKILEVICH, E. Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Psicanálise e poesia como modos de pensar: refletido com os quintanares. Porto Alegre, 2001, p. 401-414.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MACHADO, R. N. Abordagens terapêuticas da perversão. Em. Perversão uma questão atual. Anais da VII Jornada da Sociedade de Psicologia do RGS, 1992.

MIERMONT, J. (1994). Dicionário de terapias familiares: teoria e prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PENOT, B. Figuras da recusa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PINCUS, L; DARE, C. Psicodinâmica da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

PRADO, L. C. Metáforas, segredos e mitos ao longo do ciclo vital: uma reflexão clínica. Em: ____ (org.). Famílias e terapeutas: construindo caminhos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p 199-212.

RODULFO, R. O brincar e o significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

QUINTANA, M. Na volta da esquina. Porto Alegre: Globo, 1979.

ROJAS, M. C. Fundamentos de la clinica familiar psicoanalitica. Em: I. Berenstein (org.). Família e Inconsciente. Buenos Aires: Paidós, 1991, p.151-202.

SCHÜLER, D. Édipo Rei (Sófocles). Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SCHÜLER, D. Narciso Errante. Porto Alegre: Vozes, 1994

SOUSA, E. Mitologia I. Mistério e Surgimento do Mundo. Editora UNB: Brasília, 1988

SOUSA, E. Mitologia II. História e Mito. Editora UNB: Brasília, 1995.

VILHENA, J. Escutando a família. Uma abordagem psicanalítica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

Endereço do autor: renata.dotta@uol.com.br